

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

No dia 07 de setembro, comemoramos a independência do Brasil, por esse motivo, é feriado nacional. Todos nós sabemos que os feriados significam muito mais do que apenas um dia de folga. Então para entendermos melhor o significado histórico da independência do Brasil levaremos em consideração algumas questões importantes que contribuíram nesse processo da independência.

A independência do Brasil, enquanto processo histórico desenhou - se muito tempo antes do príncipe regente Dom Pedro I proclamar o fim dos laços coloniais às margens do rio Ipiranga. Dessa forma para entender com o Brasil se tornou uma nação independente, devemos perceber como as transformações políticas, econômicas e sociais, inauguradas com a chegada da família da corte Lusitana ao país abriram espaço para as possibilidades da independência. Com a chegada da família Real Portuguesa ao Brasil ocorreu o primeiro episódio de grande importância para o processo da nossa independência.

Ao adentrar às terras brasileiras, Dom João VI tratou de cumprir alguns acordos firmados com a Inglaterra, onde prometeu que defenderia Portugal das tropas de Napoleão e escoltar a corte portuguesa ao litoral brasileiro. Por esse motivo antes mesmo de chegar à capital da colônia, o rei português realizou a abertura dos portos brasileiros às demais nações do mundo. O que definia a condição de colônia é o monopólio imposto pela metrópole, em 1808 com a abertura dos portos, o Brasil deixava de ser colônia. O monopólio não mais existia, rompia - se o pacto colonial e atendia assim os interesses da elite agrária brasileira, acentuando as relações com a Inglaterra, em detrimento das tradicionais relações com Portugal.

Do ponto de vista econômico pode-se considerar essa medida como um primeiro “grito de independência”, pois a partir daí a colônia brasileira não mais estaria atrelada ao monopólio comercial imposto pelo antigo pacto colonial. Diante de tais acontecimentos podemos observar que a independência do Brasil não foi um ato isolado do príncipe Dom Pedro, e sim um acontecimento que integra o processo, pois desde as últimas décadas do século XVIII assinava-se na América Latina a crise do antigo sistema colonial. No Brasil, essa crise foi marcada pelas rebeliões de emancipação, destacando-se a Inconfidência Mineira e a conjuração Baiana. Foram os primeiros movimentos sociais da história do Brasil, era apenas o início do processo de independência política do Brasil que se estende até 1822 com o “sete de setembro”.

Enquanto tudo isso acontecia, em Portugal houve a Revolução do porto, que exigia a volta de Dom João e o retorno do Brasil a condição de colônia. Dom João via-se aprisionado, sem saber que decisão tomar nesse momento: se ficava aqui, como queria a elite brasileira, ou se voltava para Portugal, conforme exigia os portugueses. Diante da realidade tomou uma decisão em voltar a Portugal e atender seus súditos, mais deixou aqui um representante da família, seu filho Dom Pedro. Porém, as pressões continuavam os portugueses insistiam em recuperar seus privilégios econômicos e sua dominação política sobre o Brasil, e de outro lado os políticos brasileiros não desistiam apresentavam manifestos com milhares de assinaturas reivindicando a permanência de Dom Pedro no Brasil.

Diante das necessidades e interesse do povo brasileiro Dom Pedro resolveu romper com o governo de Portugal. No dia sete de setembro de 1822, Dom Pedro que se encontrava às margens do rio Ipiranga, em São Paulo, após a leitura das cartas que chegaram à suas mãos, bradou: “É tempo... Independência ou morte... Estamos separados de Portugal”. Chegando ao Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1822, Dom Pedro foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil. Era o início do Império, embora só fosse realizada a coroação em dezembro de 1882.

Professora: Sirlene Gomes da Silva

Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 05 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247/3X, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78900-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Avançópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso,
Barras do Bugres, Campo Novo do Parecis e Espinosa.
Tiragem total: 1,3 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reaki

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Torres

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Torres

CONTATO

relacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Reinaldo Manarim Neto

Maykon Henrique Moura

Everton Matheus Nogueira

CONTATO

du@diariodaserra.com.br

adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda

Av. Tancredo Neves, 1247/48, Sala 01

CNPJ 10.285.184/0001-07

PUBLICIDADE LEGAL

E. Torres & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247/48, Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

GRÁFICA

Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME

Av. Tancredo Neves, 1247/4W

CNPJ 01.828.544/0001-08

CONTATO

ds@diariodaserra.com.br

diariodaserra@serra.com.br

65-3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Prefeitura faz uma nova proposta aos professores em greve

A Prefeitura de Cuiabá fez nova proposta de reajuste salarial aos professores e aos técnicos da rede municipal de ensino de Cuiabá, que estão em greve desde segunda-feira, 31. A Prefeitura ofereceu, nesta terça-feira, 1º, o índice inflacionário solicitado mais 2,3% de reposição, que deverá ser validado a partir de janeiro de 2016. A categoria reivindica um reajuste de 3%, somados ao índice inflacionário de 9,31%. Na tarde desta terça-feira, 1º, os servidores da rede municipal de Cuiabá realizaram protesto em frente à Prefeitura, na Praça Alencastro.



Paralisação

A decisão pelo início da paralisação ocorreu na tarde da última quinta-feira, 27, durante assembleia realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público (Sintep) de Cuiabá. A greve dos professores pode atingir cerca de 47 mil alunos, que deverão ficar sem aulas. Cerca de 65% das escolas e creches do município aderiram ao movimento.

Avaliação

A nova proposta de reajuste deverá ser avaliada pela categoria na tarde de quinta-feira, 4. O presidente do Sintep de Cuiabá, João Custódio, contou que os servidores ainda não foram notificados oficialmente sobre a proposição. “Ainda não recebemos a proposta oficialmente. Estamos esperando para convocar uma assembleia”, disse.

Inferior

Custódio declarou que o fato de a nova proposta ser inferior ao reajuste solicitado pode dificultar o final da paralisação geral. “Solicitamos reajuste de 3%, além do índice inflacionário. Porém, devemos avaliar se essa proposta de 2,3% está de acordo com a intenção dos servidores que estão em greve”, disse.

Dificuldades

O presidente do Sintepec em Cuiabá comentou que o valor oferecido pela Prefeitura de Cuiabá, antes do início da greve, não atendia às demandas dos servidores, pois atendia somente ao índice inflacionário. O líder dos servidores do ensino público de Cuiabá afirmou que teve dificuldades para estabelecer diálogo sobre a reposição de salário.

*Bastidores da Política

Mobilização

Com o intuito de evitar a cobrança de mais um pedágio nas rodovias do Estado, os vereadores de Cuiabá formularam um manifesto atestando o atraso nas obras de duplicação em diversos trechos da BR 163/365. O documento está endereçado ao ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues.

Manifesto

O senador Wellington Fagundes será o responsável por entregar o manifesto nas mãos do ministro. Isto porque, foi o próprio republicano quem solicitou o auxílio dos parlamentares nesta luta. Pois esta cobrança irá gerar grande insatisfação por parte dos usuários, por não terem a disposição uma rodovia segura e moderna.

Impacto

Além disso, irá causar impacto financeiro, principalmente aos transportadores e caminhoneiros que utilizam a via diariamente. “Diversos trechos estão com obras atrasas e algumas até paralisadas. Não se pode cobrar do usuário por algo que está inacabado. Esperamos que o ministro se sensibilize.

Esperança

“Esperamos que ele se solidarize com a nossa causa e suspenda o pagamento deste pedágio”, argumenta o presidente da Câmara de Cuiabá, vereador Julio Pinheiro. O início da cobrança por parte da concessionária Rota do Oeste está prevista para este domingo, 06. As tarifas variarão entre R\$ 19,80 e R\$ 36,60 para caminhões.

Péssimo estado

A cobrança é lícita, uma vez que possui autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Casa de Leis, entretanto, pede a reconsideração, tendo em vista a situação em que se encontra a rodovia com graves problemas de pavimentação, sinalização e péssimo estado de conservação.

Agora não

Na visão do Parlamento Cuiabano, o pedágio só deve ser implantado após a conclusão de todas as obras previstas. “Desta forma, o usuário poderá reconhecer o trabalho e empenho do Governo Federal. Além do mais, a sua manutenção seria uma boa razão para o pagamento”, finaliza Pinheiro.

Novamente

Durante a deflagração da 5ª fase da Operação Ararath, no dia 20 de maio de 2014, a Polícia Federal apreendeu, na casa do então deputado José Riva, uma pasta pertencente ao ex-vereador João Emanuel. Cassado pela Câmara Municipal, Emanuel era genro de Riva e residia junto com a atual deputada Janaína Riva.

Descoberto

Na pasta, foram encontrados diversos documentos, como contratos, escrituras de imóveis, dezenas de cheques e a nota fiscal de um veículo Porsche, modelo Boxter, ano 2013, no valor de R\$ 1,45 milhão. Dentre os cheques, a Polícia Federal deu atenção especial a três, que foram emitidos no nome do político e somam R\$ 567 mil.

Estudo vai nortear obras do VLT

O governador Taques disse nesta quarta, 02, que vai retomar as obras do VLT mas, antes, precisa estar bem subsidiado. Com respaldo da Justiça, uma empresa será contratada para fazer estudo especializado.

O diagnóstico vai ser apresentado aos deputados e à população, por meio de audiência pública. Taques lembra que desde o princípio, ainda como senador, defendia o projeto do BRT, mas o então governador Silval optou pelo VLT. A partir do levantamento, o governador saberá tudo sobre as obras e se as estimativas de prazo e custos, até a conclusão do modal.

